


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0010750-90.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Impugnação Ao Valor da Causa - Fiança**
 Impugnante: **MARILENE TONETTI ZATTI**
 Impugnado: **DANIELA MARINS NOVAES**

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

MARILENE TONETTI ZATTI, qualificada na inicial, impugnou o valor da causa dado à ação declaratória de nulidade de fiança por falta de outorga uxória que lhe move DANIELA MARINS NOVAES, também qualificada, objetivando sua fixação em R\$12.024,00, que corresponderia a 30 meses do valor do aluguel de R\$400,80, objeto do contrato afiançado, já que o valor da causa deve ser atribuído conforme seu o valor.

A impugnada apresentou resposta aduzindo esteja correto o valor, já que o estipulou levando em consideração o valor do débito cobrado na ação de despejo por falta de pagamento de aluguel e encargos c.c. com cobrança, atualizado à época da propositura, excluindo-se os acessórios; aduziu ainda que o contrato de fiança não tem um valor específico.

É o relatório.

DECIDO.

Segundo a autora, ora impugnada, sua estimativa foi feita com base no valor cobrado na ação de despejo cumulada com cobrança de aluguéis e acessórios, que tramita pela 1ª Vara Cível desta Comarca.

Entretanto, ao que parece, o valor de R\$17.000,00, na verdade, não representa o valor ali cobrado, já que às fls. 20 dos autos principais, verifica-se que o valor dos alugueres em atraso, sem acessórios, era de R\$1.775,48, na data da propositura da ação. No entanto, isso não tem o condão de afetar o valor por ela atribuído à ação declaratória de nulidade de fiança.

Apenas para consignar, a Lei nº 8.245/91, em seu título II, estabeleceu regras procedimentais específicas para as quatro ações mais comuns envolvendo locador e locatário, quais sejam: despejo, consignação em pagamento de aluguel e acessórios, revisional de aluguel e renovatória de locação.

Tais ações, elencadas no caput do artigo 58 da referida lei, passaram a ter procedimentos específicos, aplicando-se-lhes supletivamente as normas do Código Civil e do Código de Processo Civil (art. 79 da Lei de Locações). Assim, o artigo 58, inciso III, da Lei nº 8.245/91, por se referir diretamente as ações que especifica, não tem alcance no caso concreto.

A impugnada pediu, na ação, a declaração de nulidade de fiança por falta de outorga uxória. O contrato de fiança, como se sabe, é acessório e gratuito. Não há, assim, valor a ser considerado, para os fins do art. 259 do CPC.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

Em consequência, deve prevalecer o valor atribuído pela autora, ora impugnada, de R\$17.000,00, porquanto, além de ser inaplicável à espécie o artigo 259 e o inc. III do art. 58 da Lei 8.245/91, que adota o critério de 12 meses de aluguel, a demanda não objetiva conteúdo econômico imediato.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a presente impugnação para manter o valor atribuído à ação declaratória de nulidade de fiança em R\$17.000,00. Sem condenação em custas.

P.R.I.

São Carlos, 11 de janeiro de 2016.

Vilson Palaro Júnior
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**